



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 147/2023

---

## **PARECER JURÍDICO PRÉVIO Nº 179/2023**

PARECER JURÍDICO PRÉVIO À EMENDA  
ADITIVA Nº 21 -2023.

### **1) RELATÓRIO**

Foi encaminhada a Emenda Aditiva nº 21-2023, ao Projeto de Lei nº 108-2023, de autoria do Vereador Zacarias Marques, que visa alterar quantitativos de vagas e níveis, cria e extingue cargos públicos, previstos na lei ordinária n 4.230, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Em sua tramitação regular, a proposição original recebera a Emenda Aditiva nº 21-2023, e outras. A primeira será analisada por intermédio deste Parecer Prévio, com fundamento no §1º, do art. 241 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A proposição encontra-se devidamente acompanhada de sua justificativa.

É o breve relatório.



## 2) FUNDAMENTAÇÃO

Importa mencionar em princípio, que a fase de Parecer Prévio implica o recebimento regular da Proposição, aferida pela Diretoria Legislativa com base nos critérios estabelecidos no §1º, do art. 196 do Regimento Interno.

A necessidade de retorno de emendas formuladas às proposições ao crivo desta especializada atende a necessidade de ser fazer uma análise também sob os aspectos da legalidade, da constitucionalidade e da técnica legislativa, além dos demais aspectos oriundos do processo legislativo.

A Emenda Aditiva nº 21-2023, tem por objetivo adicionar o inciso IX, ao Art. 4º, do Projeto de Lei nº 108-2023, bem como inserir o inciso VII, ao Parágrafo Único, do Art. 19, da citada proposição. Por fins didáticos o corpo normativo da Emenda será colacionada abaixo:

Art. 1º. Fica adicionado o inciso IX ao art. 4º, do Projeto de Lei nº 108/2023, com a seguinte redação:

Art. 4º ... IX- Técnico em Edificações, 05 (cinco) vagas, sendo 01 (uma) vaga destinada à pessoa com deficiência (PcD).

Art. 2º. Fica adicionado o inciso VII ao parágrafo único, do art. 19 do Projeto de Lei nº 108/2023, com a seguinte redação:

Art. 19... Parágrafo Único...

VII- Zootecnia, 03 (três) vagas.

Art. 3º. Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Inicialmente é de se destacar que a proposição em análise trata de matéria atinente ao interesse local. Ao lado da competência há de se observar a iniciativa para a medida, o que será explicitado a seguir.

A Emenda em exame estabelece a criação de cargos, e isso esbarra, em



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 147/2023

limitações de ordem formal, uma vez que é reservada ao Prefeito a iniciativa de Lei que verse sobre a criação de cargos, como se extrai do comando constitucional constante da alínea “a” do inciso II, do § 1º do art. 61, bem como o inciso II, da Lei Orgânica do Município de Parauapebas:

**CF-88**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

**LOM**

Art. 53. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

[..]

II – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional;

Além disso, é mister que se traga à baila o Art. 63, inciso I, da CF-88, que preleciona que “não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República”, como segue abaixo:

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

Por fim, é interessante apresentar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria. Pois bem, o STF afirma que é inconstitucional norma que, resultante de emenda parlamentar em projeto de lei de iniciativa reservada ao chefe do



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 147/2023

---

Poder Executivo, implique aumento de despesa.

A decisão foi tomada na análise do Recurso Extraordinário (RE) 745811, por meio do qual se contestava artigos da Lei estadual 5.810/1994, que trata do Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis do Estado do Pará. Os dispositivos questionados seriam formalmente inconstitucionais porque, resultantes de emendas parlamentares, implicavam aumento de despesas, e invadiam competência privativa do chefe do Poder Executivo.

Para cristalizar o entendimento o STF então tratou da matéria no TEMA 686, que afirma que “emenda parlamentar que implica aumento de despesa em projeto de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo), que segue:

**Tema 686 - Emenda parlamentar que implica aumento de despesa em projeto de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.**

Relator(a):

MIN. GILMAR MENDES

**Leading Case:**

RE 745811

Descrição:

Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 2º; 61, § 1º, II, a; e 63 da Constituição federal, a constitucionalidade de norma de lei estadual resultante de emenda parlamentar, que acarretou aumento de despesa a projeto de iniciativa reservada ao Poder Executivo.

Tese:

I - Há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 147/2023

---

públicos (art. 61, § 1º, II, a, da CF);

II - São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 63, I, da CF).

**Constata-se que a Emenda Aditiva nº 21/2023 vai de encontro com o ordenamento jurídico pátrio, uma vez que desrespeita regras Constitucionais e Legais (devidamente citadas ao longo do Parecer), bem como também vai contra a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RE 745811).**



PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DO PARÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE ACESSORAMENTO LEGISLATIVO  
PARECER JURÍDICO INTERNO Nº 147/2023

---

### 3) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto esta Procuradoria Especializada de Assessoramento Legislativo entende, conclui e opina pela **INCONSTITUCIONALIDADE e ILEGALIDADE, da Emenda Aditiva nº21/2023, ao Projeto de Lei nº 108/2023**, pelos argumentos apresentados alhures.

À Comissão de Justiça e Redação para as providências que entender pertinentes.

É o parecer, s.m.j. da autoridade superior.

Parauapebas/PA, 07 de Junho de 2023.

CICERO  
CARLOS  
COSTA  
BARROS

Assinado de forma  
digital por CICERO  
CARLOS COSTA  
BARROS  
Dados: 2023.06.07  
08:08:00 -03'00'

JARDISON  
JAMES GOMES  
DA SILVA E  
SILVA:0048810  
6303

Assinado de forma  
digital por JARDISON  
JAMES GOMES DA  
SILVA E  
SILVA:00488106303  
Dados: 2023.06.07  
09:11:38 -03'00'

Cícero Carlos Costa Barros

Procurador

Mat. 562323